

Plano de Ensino

Dados de Identificação:

Nome da Instituição: IFSul – *Campus* de Passo Fundo

Curso: Especialização em Gestão na Educação Básica

Professores: Maria Carolina Fortes

Michele Roos Marchesan

Adriano Makux de Paula

Disciplina: Políticas Públicas para a Educação Básica

Semestre: 2023-2

Carga Horária Semanal da Disciplina: 5h/a

Turma: 1N1

Ementa

Análise da política e da gestão da educação brasileira nos diferentes períodos históricos. Busca da compreensão sobre a legislação da educação brasileira, tendo como foco as principais reformas educacionais. Compreensão dos princípios da gestão democrática. Estudo da legislação sobre inclusão e relações étnico raciais.

Objetivo Geral

- Aprimorar o conhecimento sobre Gestão Escolar e as respectivas Políticas Públicas para a Educação Básica, na perspectiva de ampliar a constituição de práticas educativas emancipatórias, participativas e autônomas.

Objetivos Específicos ou Competências

- Compreender conceitualmente as concepções históricas de políticas educacionais no Brasil;

- Analisar os processos de constituição da política e da gestão da educação brasileira nos diferentes períodos históricos;
- Analisar criticamente a estrutura e a organização escolar no Brasil, a partir de documentos legais, tais como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Nº 9.394/96), Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Base Nacional Comum Curricular (2018);
- Refletir sobre a inclusão e a educação para as relações étnico-raciais e indígenas no Brasil;
- Compreender e analisar criticamente os princípios da gestão democrática.

Conteúdo programático ou Habilidades

UNIDADE I - Estrutura e organização escolar no Brasil

- 1.1 A educação nas constituições brasileiras.
- 1.2 A organização do ensino prevista na Constituição Federal de 1988.
- 1.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN Nº 9.394/96).
- 1.4 O Plano Nacional de Educação.
- 1.5 A inclusão e a educação para as relações étnico-raciais no Brasil.
- 1.6 A Base Nacional Comum Curricular.

UNIDADE II - Gestão democrática na escola

- 2.1 As funções da escola.
- 2.2 A construção da escola pública.
- 2.3 A democracia no ambiente escolar.
- 2.4 Os conselhos e órgãos colegiados.
- 2.5 A gestão participativa.

Relação da disciplina com as demais

Desenvolvimento metodológico

Para o estudo dos temas referentes à estrutura e a organização escolar da Educação Básica no Brasil, serão realizadas discussões e reflexões a partir de documentos legais e artigos, que serão analisados previamente pelos estudantes. Além disso, serão utilizadas estratégias participativas de ensino, como júri simulado, software Kahoot, mesa redonda e seminário para o debate das políticas públicas educacionais voltadas para a Educação Básica.

Cronograma de aulas

MÊS	DIA	Atividades	Nº da aula
AGOSTO	15	Discussão sobre poder, Estado, política e políticas públicas	01
	22	A educação nas constituições brasileiras e suas influências políticas ideológicas.	02
	29	UNIDADE I - Estrutura e organização escolar no Brasil Discussão sobre a estrutura e a organização escolar no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Nº 9.394/96). Discussão do Plano Nacional de Educação (2014-2024).	03
SETEMBRO	05	Mesa redonda sobre a “A inclusão e a educação para as relações étnico-raciais e indígenas no Brasil”, com base nas leis: Lei nº 13.146/2015, Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Participação de convidados externos ao Programa de Pós-Graduação.	04

	12	Discussão do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Discussão, por meio da estratégia de júri simulado, da Base Nacional Comum Curricular (2018).	05
	19	UNIDADE II - Gestão democrática na escola As funções da escola. A construção da escola pública.	06
	26	A democracia no ambiente escolar. Os conselhos e órgãos colegiados. A gestão participativa.	07
OUTUBRO	03	Seminário de encerramento	08

Avaliação

A avaliação será norteada pela concepção formativa, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico dos processos de ensino e de aprendizagem que possibilite ao/à professor/a rever suas estratégias e, ao/à discente, comprometer-se com o seu processo de aprendizagem.

A avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diferentes instrumentos de avaliação, tais como: seminários, trabalhos individuais e em grupo; além da auto-avaliação, permeada pela participação em aula e pela realização de atividades presenciais e a distância.

O resultado do processo avaliativo da disciplina será expresso por meio dos seguintes conceitos:

A – Excelente;

B – Bom;

C – Regular;

D – Reprovado; e

E – Reprovado por infrequência, quando não atingir 75% de frequência na disciplina.

Para ser considerado/a aprovado/a na disciplina, o/a discente necessita atingir, no mínimo, o conceito C e apresentar percentual de frequência igual ou superior a 75% da carga horária total da disciplina.

O/A discente que não for aprovado/a na disciplina terá direito à reavaliação, no decorrer do curso. Após a reavaliação será considerado o melhor conceito obtido pelo/a discente. Ressalta-se que o/a discente infrequente não fará jus à reavaliação.

Bibliografia Básica

DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 10. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola pública. 4 ed. São Paulo: Ática, 2017.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. PNE. Plano Nacional da Educação. Disponível em: www.pne.mec/planos-de-educacao. Acesso em: 10 jun. 2022.

DOSSIÊ: Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 - políticas de Estado, memória e resistência. TEXTURA - Revista de Educação e Letras, Canoas, v. 21, n. 48, 2019.

PARO, Vitor Henrique. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação Escolar Brasileira: estrutura, administração e legislação. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

SAVIANI, Demerval. A nova lei da educação no Brasil: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.